

A ELEIÇÃO DOS TAMANDUÁS: Pernambuco e a Lei do Círculo de 1855

SUZANA CAVANI ROSAS
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

O trabalho procura analisar o significado da Lei do Círculo para o conflito político-partidário em Pernambuco no momento da conciliação tentada pelo Gabinete Paraná.

THE ELEITION OF THE 'TAMANDUAS': PERNAMBUCO AND THE 1855 ELECTORAL REFORM LAW.

ABSTRACT

This article deals with the 1855 electoral reform law known as the Law of Districts. It analyses its impact on Pernambuco's party during the Conciliation sponsored by the Paraná Ministry.

A eleição de 1856, filha de uma nova legislação votada à contragosto de parte da bancada conservadora no Parlamento, foi decisiva para a política de aproximação entre liberais e conservadores defendida pelo Ministério da Conciliação. Este gabinete apostou tudo na derrota nas urnas da bancada conservadora contrária a sua política, acreditando que a Câmara eleita seria renovada, sem o retorno dos deputados responsáveis pela "oposição parlamentar" ao governo e com a volta dos liberais, expulsos daquela assembléia desde os acontecimentos de 1848. Em parte, portanto, a eleição de 1856 não assinala apenas um momento do conflito político entre os dois principais partidos do Império, mas envolve também a luta interna dentro do partido dominante no país, expresso no confronto entre um gabinete e uma Câmara conservadora que deveria ser resolvido através das urnas.

A eleição de 1856 seria fundamental ao mesmo tempo para o partido Liberal que desde as derrotas de 1842 e 1848 encontrava-se distanciado do poder, recusando-se inclusive a

participar das eleições. Animados pela proposta de conciliação apresentada pelo Gabinete de Paraná e pela concretização de uma reforma eleitoral identificada com os seus programas, os liberais confiaram na sua vitória nas urnas, entrando naquela eleição com grandes esperanças para futuro: uns, apostando na bandeira da conciliação acenada por Paraná, outros valendo-se da política do gabinete para trazerem ao poder o velho partido, radicalmente contrário a qualquer compromisso com os seus adversários. Este último grupo, apenas circunstancialmente apoiava o governo na Corte, esperando por intermédio da nova eleição, voltar à Câmara para guerrear aqueles que possibilitaram o seu retorno ao parlamento. Neste grupo encontravam-se as lideranças da ala dos "históricos" do partido, constituída dos praiheiros e luzias.

Os rumos desta eleição no país vem merecendo uma certa atenção por parte da historiografia que tem considerado os seus resultados como satisfatórios à conciliação de Paraná, porque a Câmara seria renovada com a eleição de alguns liberais e a derrota de vários conservadores. (1) Outra consequência desta eleição, temida por muitos deputados conservadores, foi a vitória de candidatos autônomos com expressão local, mas sem nenhuma conexão com as lideranças regionais dos partidos na Corte e nas províncias. Com relação a este problema, na discussão parlamentar sobre esta reforma eleitoral em 1855, uma parte dos senadores e deputados foi bem clara em seus argumentos contra o projeto-lei. Todos achavam que com a nova legislação seria difícil ao partido no poder garantir a vitória dos candidatos mais ligados com os líderes regionais dos conservadores em todas as províncias. Se antes o partido conservador ou o liberal oferecia à província uma chapa fechada para ser votada, com um número de candidato comuns à todas as localidades, com a nova lei as coisas se modificavam. Agora os candidatos seriam distritais e não provinciais, deixando o eleitorado de votar numa única chapa, passando a escolher um candidato específico para o seu círculo. Para a oposição parlamentar, com a nova lei iriam ser elegíveis uma leva de matutos ignorantes em matéria de vida pública, passando a Câmara a ser o palco das reuniões do "tamanduás do interior" e das "eminências da aldeia", perdendo aquela casa o seu papel de centro das decisões

nacionais. Para o executivo, a reforma eleitoral não tinha volta, era uma questão ministerial, sendo a nova lei um meio eficaz do governo atrapalhar os projetos de reeleição de alguns candidatos conservadores, pois o gabinete apostava nas dificuldades do partido de se adaptar a nova realidade das urnas. E de fato, alguns trabalhos sobre a eleição de 1856, indicam que a vitória dos "Tamanduás" foi possível no Sudeste, conforme queria o ministério.

Quanto aos liberais, estes também conseguiram alguma coisa, passando a ocupar 17% das cadeiras da Câmara. Mas para Pernambuco, em termos do conflito entre os liberais e conservadores e da conciliação dos partidos, qual foi o significado desta eleição para a Província? Houveram também tamanduás eleitos? Esta eleição foi importante para que a Praia conseguisse reconquistar o seu espaço político em Pernambuco e no país? Todas estas questões são objeto deste trabalho e são importantes não apenas para compreensão da política local na Província, mas para o entendimento da própria conciliação como prática política no Império por dois motivos. Primeiro, porque qualquer atitude de aproximação entre os dois partidos do Império, deveria ser testada na região onde ocorreu a última rebelião liberal, e segundo, porque sendo dirigida por pernambucanos a tão temida "oposição parlamentar" ao governo, era de se esperar que a reeleição dos guabirus tivesse um impacto muito grande para os rumos da conciliação na Corte.

Para o estudo desta eleição, pesa em nossa análise os próprios limites das práticas jurídico-políticas numa sociedade como a brasileira do século XIX, onde o destino de uma eleição se resolvia na maioria das vezes na fraude e na violência. Todavia, nossa pesquisa parte do pressuposto de que nem sempre a elite procurava equacionar seus problemas roubando urnas, adulterando atas ou simplesmente realizando "eleições do cacete", do contrário, as reformas da legislação eleitoral não seriam tão comuns como foram durante a Monarquia. Mas é preciso que se ressalte ao mesmo tempo, que as inúmeras reformas eleitorais, tipicamente casuísticas e circunstanciais, indicavam um certo refinamento de nossa elite na forma de violentar e lubrificar o direito de cidadania adquirido por alguns poucos brasileiros.

Neste trabalho, privilegiamos a análise de dois importantes jornais de Pernambuco no ano de 1856: "O Liberal Pernambucano" e o "Diário de Pernambuco" que representavam respectivamente na província a opinião liberal e a conservadora. Além deles, foram consultados ainda, outros três periódicos de circulação menos regular, o "Conservador" e a "União", ambos de tendência "guabiru" e a "Regeneração" que foi uma folha Praieira criada por Jerônimo Vilella para comemorar sua vitória eleitoral em dezembro de 1856 e combater a folha "O Liberal Pernambucano" dirigida aquela altura por seu inimigo Nascimento Feitosa.

Outro tipo de documentação utilizada neste trabalho, são as Leis Eleitorais do Império e seus Regulamentos, as portarias dos presidentes das províncias e a correspondência particular de Nabuco Araújo com os presidentes de Pernambuco e outros políticos durante as eleições de 1856 existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ), mas também em parte transcrita por Joaquim Nabuco em seu livro "Um Estadista do Império".

A eleição de 1856 foi feita sob o signo da conciliação da qual o ministério de Paraná fez o seu programa, sob o protesto e incompreensão da maioria da elite política fosse ela liberal ou conservadora. O movimento da Conciliação nascia, portanto, de uma ação suprapartidária, dirigida por uma dissidência do partido conservador que com muita lentidão ganhava aliados por todo o Império. A adoção desta prática tão pouco simpática aos partidos monárquicos, foi muito bem esclarecida por Nabuco Araújo em 1853 na Câmara dos Deputados, às portas de sua indicação para o cargo de ministro da justiça no Gabinete da Conciliação. Naquela ocasião, o então deputado conservador de Pernambuco considerou o seguinte:

"Senhores, a missão do governo, e principalmente do governo, que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser de aproveitar essas influências no interesse público, identificá-la com a monarquia e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-la, dirigi-las e neutralizar as suas exagerações.

Se representais o princípio conservador, como quereis destruir a influência que funda na grande propriedade?" (2)

Este pronunciamento de Nabuco era uma crítica a violência da competição partidária no país e indicava, claramente, o caminho da conciliação: ampliar a base de apoio do Estado Monárquico, atendendo as reivindicações das classes proprietárias, buscando estabelecer compromissos que satisfizessem a parte dos senhores reunidos em torno do partido liberal. Ao que parecia, o movimento regressista começava a chegar ao seu limite, tornando-se difícil e perigoso lidar com esse bloco da elite dissidente. A última rebelião liberal havia impressionado a muitos conservadores por duas razões. Primeira, porque o tão valorizado rodízio dos partidos fracassara como saída para o conflito intra-classe dominante, pois o fim do 1º quinquênio liberal na Corte e nas províncias havia terminado numa guerra civil. Esse medo da fragilidade do Estado em face desta cisão da classe dominante, não se resolveu através da repressão à Praieira. Após a anistia patrocinada pelo Imperador, a atitude dos liberais de se omitirem das eleições era um incômodo, temido pelos políticos mais lúcidos do partido conservador na medida que significava um repúdio grave da elite ao regime e seu sistema político. A outra questão suscitada pela rebelião Praieira foi novamente, a do temor da elite da insubordinação das classes subalternas, principalmente porque o movimento praieiro acabou se transformando numa ação frentista, envolvendo setores nem sempre muito afinados com os interesses das classes dominantes. Fazia-se necessário, não se deitar e rolar sobre o partido liberal, não permitir que as suas lideranças no seu desespero apelassem para compromissos populares. O momento deveria ser o de concessões dos conservadores aos liberais, de forma a garantir a sustentação do regime político responsável para manutenção da ordem fundamental a todos os proprietários fossem quais fossem as suas filiações partidárias.

No partido liberal a hora também era de reflexão e conflito interno entre suas lideranças. O gabinete de Paraná deixou os liberais no impasse de apoiarem ou não a conciliação oferecida pelo governo. Quando o projeto de reforma eleitoral passou na Câmara e Senado em todo o Império, os liberais

acataram a nova lei como "a conciliação na prática", passando imediatamente a organizarem-se para a batalha nas urnas que começava em janeiro de 1856 quando iniciava-se a qualificação dos eleitores, seguia em setembro com a escolha dos juizes de paz que eram uma peça fundamental da vitória dos partidos, passava em novembro pelo conturbado pleito dos eleitores e terminava um mês depois, nas eleições dos deputados Gerais. Trabalho era o que não faltava num ano eleitoral e, sob as bases da nova Lei de 1855 e das promessas de Paraná de não intervir nos rumos da votação, os liberais prepararam-se para reverter o quadro majoritariamente conservador da Câmara dos Deputados.

Mas os liberais também amargavam a rebelião que fizeram e, de certa forma, assumiam a culpa de terem se envolvido com o povo para guerrear o partido adversário. Muitos, curiosamente, após a anistia, se retrataram publicamente, lamentando os excessos do seu partido, moderando o teor dos editoriais dos jornais liberais. Dentro deste contexto, a conciliação de 1853 nada tinha a ver com a nascimento de um novo partido liberal, aparentando ele, ao contrário, ter adquirido uma orientação mais reacionária quanto as reformas políticas e sociais que à adotada ao tempo da Praieira. Este meio retrocesso político era bem perceptível nos editoriais do jornal "o Liberal Pernambucano", onde se considerava o "excesso de popularidade" do partido como sua maior desgraça na província. Os liberais, pouco a pouco percebiam a conciliação oferecida pelo governo, como uma saída para se evitar qualquer apelo do partido em sua luta pelo poder à população menos abastada do Recife, como ocorreu nas eleições de 1847.

A lei do Círculo de 1855 despertou em Pernambuco muitas esperanças no partido liberal e em toda população eleitora, tanto que na imprensa local foram registrados vários comunicados e correspondências elogiosas a nova legislação. Apesar de nem toda essa correspondência ser totalmente isenta da influência direta dos partidos, porque muitos políticos escreviam nos jornais valendo-se de pseudônimos, pode-se observar uma certa preocupação do eleitorado não tanto em votar num candidato de sua localidade, mas sim em valorizar a sua condição de cidadão. O votante ou eleitor acreditava que a nova lei eleitoral redefiniria a sua condição de mandante e a de seu

mandatário, o deputado. A partir de agora, os candidatos passavam a estar mais dependentes do eleitor do local onde pretendessem sair como deputados. Essa proximidade entre o político e sua clientela era considerada positiva para o cidadão, que passaria a ser cortejado e procurado pelos candidatos dos partidos. Quanto a isso não restam dúvidas, a lei foi bem recebida pelo eleitor da cidade e os "coronéis" do interior. Essa euforia política estava estampada nos jornais como se vê no depoimento de um indivíduo de Garanhuns, bastante atento à apuração das urnas em sua comarca:

"Quanto a mim, espero que o deputado seja justamente o meu candidato porque em suma está em moda ter cada um o seu candidato". (3)

Outro pernambucano de Bezerros, insatisfeito com os partidos dirá num comunicado no Diário de Pernambuco:

"Uns dizem que cada círculo deve dar um deputado que seja filho do círculo, criado no círculo e conhecedor dos interesses do círculo, outros que se deve votar em quem o governo quizer para não estabelecer lutas e grangear inimizades com os homens do poder, que são os maiores homens que há, outros que devem acabar com os dois partidos políticos e votar em quem tiver merecimento, seja de que política for. Eu pertenço a última opinião: declaro que não aceito imposição de ninguém e que não mais quero saber de deputados por chapas e que hei de votar em quem me parece bom para ser deputado por meu círculo". (4)

Quanto as lideranças oficiais do Partido Liberal em Pernambuco, elas aprovaram e defenderam a nova lei por entendê-la como fundamental para o projeto de descentralização, por compreendê-la como alguma coisa associada ao Ato Adicional, pois ela contribuía para o fortalecimento do poder local. Além disto, a lei tinha outras vantagens: dava mais expressão as Câmaras Municipais do interior na apuração das urnas e não mais à Assembléia Provincial, desligando-se deste modo, o destino da apuração no interior, da capital da província. Finalmente, os artigos da lei referentes as "incompatibilidades" pesava como ponto positivo para o partido liberal que há bas-

tante tempo exigia a exclusão das candidaturas de magistrados, administradores e funcionários públicos nas eleições. Pela lei, nenhuma destas autoridades poderia candidatar-se nos círculos onde tinham jurisdição. (5) No balanço geral dos liberais em Pernambuco, a legislação de 1855 favorecia a descentralização do poder e contribuía para moralizar as eleições ao apresentar artigos limitadores da intervenção do governo nas urnas.

Em janeiro de 1856 os liberais através da imprensa convocaram os seus correligionários a comparecerem ao processo de qualificação. Os conservadores por seu lado, assistiam contrariados aquela movimentação da oposição estimulada pela política de Paraná, pelos mãos do seu próprio partido. Mas, as insatisfações e aborrecimentos dos guabirus estavam apenas começando naquela eleição e seriam agravadas com a demissão do presidente José Bento da Cunha e Figueiredo em abril de 1856, um dos administradores de Pernambuco da confiança dos conservadores.

Ao contrário do que geralmente imaginamos, após a derrota da Praia em 1849, não se estabeleceu em Pernambuco uma situação política identificada com o projeto do partido conservador na Província. Pode-se dizer, que desde a presidência do Visconde de Paraná em 1850 as rixas entre o partido guabiru e os administradores de Pernambuco estavam apenas começando e iriam se agravar com o tempo. Com relação a este problema Joaquim Nabuco diz o seguinte:

"As presidências conservadoras tinham-se sucedido desde 1848 sem contentar o partido na Província. Apenas a de Manoel Vieira Tosta, por causa da defesa do Recife, despertou entusiasmo, as outras foram friamente sustentadas, quando não francamente combatidas por ele". (6)

Os presidentes José de Souza Ramos, Victor de Oliveira e Francisco Antonio Ribeiro conseguiram angariar mais simpatizantes no lado liberal do que no seu partido em Pernambuco. Contudo, alguns meses antes da posse do gabinete da Conciliação a "oposição Parlamentar" haveria de alcançar uma vitória na Corte conseguindo a indicação de um presidente do agrado dos conservadores em Pernambuco, justamente o de-

putado José Bento da Cunha Figueiredo. A subida o Ministério de Paraná irá novamente recrudescer os desentendimentos entre os guabirus e os gabinetes inclusive em razão da reforma eleitoral, tanto que o jornal "A União" de orientação conservadora em muitos de seus editoriais passava no ano de 1854 a lamentar a sorte dos guabirus, completamente abandonados pelo governo central, mesmo sendo sua principal base de apoio na província. Apesar do exagero destes editoriais, pois governava Pernambuco naquele ano uma pessoa de confiança do partido da ordem, a situação não estava sob o controle dos guabirus, tanto que em maio de 1856 Paraná conseguirá desbancar os conservadores pernambucanos ao nomear um novo presidente da Província no momento da qualificação dos eleitores, que andava meio atrapalhada desde janeiro. A substituição do presidente, foi recebida pelos liberais como uma prova sincera das boas intenções da Conciliação proposta pelo gabinete, estimulando mais ainda a participação do partido derrotado - a Praia - a concorrer nas urnas.

A demissão de José Bento interessava a Paraná há bastante tempo, mas, segundo os liberais, as dificuldades para se conseguir a sua destituição do cargo estava empatada na Corte pelo grupo do Marquês de Olinda que guerreava Paraná e representava a ala radical ou vermelha do partido. O escândalo do desembarque de escravos no litoral pernambucano, deixou espaço para que o Gabinete da Conciliação conseguisse mover com os seus aliados no Parlamento uma ampla apuração dos envolvidos neste acontecimento, porque comentava-se a ligação do presidente da província com o contrabando de escravos. O presidente, pelo que foi apurado, ficou muito comprometido nesta história e a sua substituição teve de ser realizada. Mas em Pernambuco todo mundo sabia que o motivo da mudança do presidente era outro, e dizia respeito aos receios que Paraná tinha de que ele, por ser um guabiru da "gema", acabasse por comprometer a eleição e a sua conciliação, pois, José Bento era um homem da maior confiança do partido conservador na província. As dezenas de reclamações dos liberais sobre as fraudes no processo de qualificação ou mesmo a inexistência dele em muitos distritos, convenceram o gabinete da necessidade de mandar para Pernambuco um administrador menos "afeiçoado" aos guabirus. O novo presidente,

Sérgio Teixeira de Macedo ao chegar a Província, encontrou os conservadores em pé de guerra e os liberais ansiosos pela solução do problema das qualificações. Apesar de toda esta arrumação do gabinete e da movimentação dos liberais, a eleição do Círculo marcou uma grande vitória dos guabirus e da "ala vermelha" dos conservadores da Corte, apesar do presidente ter se omitido de auxiliar este resultado das urnas.

Sérgio Teixeira, ouvindo as denúncias dos liberais sobre o perigo do roubo nas eleições começou a baixar algumas portarias que não foram bem recebidas pelos guabirus. As portarias foram três: uma que exigia dos juizes de paz a imediata continuação da qualificação dos eleitores interrompida ou ainda não iniciadas em muitas comarcas, e a imediata publicação em todas as igrejas sede dos distritos da nova lista dos qualificados. A segunda avisava aos delegados que não intervissem nas eleições sob pena de perderem seus empregos, e a terceira portaria, comunicava aos juizes de paz que, em caso da não realização das qualificações, cabia a eles publicar nas igrejas a qualificação do ano anterior, conforme previa a lei em vigor.

A despeito destas medidas não agradarem aos conservadores, a terceira portaria era uma prova clara da fraqueza do poder do presidente, que não conseguiu obrigar os juizes a realizarem as qualificações no início de 1856. As anteriores a este ano, seriam favoráveis aos guabirus, pois foram feitas sem a fiscalização dos liberais que se recusaram a participar das eleições. Além disso, era esperado em toda a província, caso a qualificação de 1856 não se realizasse no início do ano, a presença de muitos "eleitores fantasmas" a serviço dos conservadores que tinham a maioria das mesas eleitorais. Como a última qualificação em 1855 foi realizada em meio a epidemia da cólera, era quase certo que muitos cidadãos vitimados por essa doença, mais qualificados, "ressucitassem" em 1856 para votar nas urnas nos candidatos dos conservadores.

No final das contas, o presidente não iria agradar mesmo a ninguém, porque os liberais passaram também, a certa altura, a criticá-lo, alegando que ele era "bom de portaria" mas ruim na sua execução. E, realmente, mesmo com todos esses avisos e medidas baixadas pelo presidente a violência da polícia e o roubo dos juizes, seriam marcas registradas desta eleição de 1856. No nosso entender, porém, não se deve con-

siderar a ação do presidente (aliás a sua falta do ação) como uma atitude de conivência com os guabirus, no máximo, pode-se concluir, que Sérgio Teixeira acabou se omitindo de um processo que ele não conseguiu conduzir. Quem fez as eleições em Pernambuco em 1856, foram os conservadores, que dominavam a maioria das juntas de qualificação e das mesas eleitorais, em razão da abstenção dos liberais na última eleição, como explicou Borges da Fonseca, referindo-se a eleição primária no Diário de Pernambuco:

"É verdade que os liberais cartistas sofrem hoje o que deveriam ter sofrido em 1852; se então não tivessem abandonado as urnas teriam feito o que hoje fizeram - suplentes dos eleitores que lhes dariam dois membros nas mesas paroquiais e com eles a fraude não triunfaria". (7)

Com relação a polícia as coisas se complicaram, porque ela acabou intervindo nas eleições. Os inspetores de quartirão, por exemplo, auxiliaram bastante os guabirus em Sto. Antonio desde as eleições de juízes de paz em setembro, e os delegados do interior, apesar de diariamente repreendidos pelo presidente também, onde quizeram, conturbaram o processo eleitoral. Mas o confronto, entre os exércitos particulares, pesou, é claro. Em Rio Formoso os liberais concentraram na porta da Matriz 200 homens viridos de Serinhaém na eleição de vereadores e juízes de paz, numa espécie de ensaio do que seria o pleito de eleitores e deputados. Reunidos para esperar os conservadores, os liberais, no final, sentiram-se acuados por seus adversários que apareceram bem organizados, como relata o Diário de Pernambuco:

"Felizmente o Sr. Tenente-Coronel Lopes tinha sido prevenido com antecedência do plano dos seus adversários e para nulificá-los esforçou-se para fazer comparecer todos os votantes de seu engenho e dos vizinhos, todos da freguesia, entrando na cidade às 7 a frente de 500 ou 600 votantes que davam vivas à liberdade de voto". (8)

As eleições seguintes, à dos eleitores em novembro caminharam do mesmo modo, neste clima "de liberdade" tanto

no interior como na capital. O roubo foi uma constante no meio de toda aquela confusão bem rotineira das disputas partidárias do Império. Dependendo do andamento da votação, os correccionários do partido em desvantagem arrumavam uma confusão qualquer para que alguém quebrasse ou, como se dizia, "emprenhasse a urna". Além disso muitos votantes eram barrados, enquanto outros, impossibilitados de votar pelos termos da lei, eram considerados como eleitores qualificados pelas mesas. A fraude não tinha limites e era realizada por ambos os partidos em toda a província; mas, é claro que num contexto de situação conservadora, os guabirus levavam a melhor. É curioso ressaltar que a eleição primária foi a mais importante, porque nela praticamente se definiu a eleição dos deputados. Se a chapa de eleitores de um partido ganhasse, o candidato a deputado dele ficava quase com a garantia de vitória. Por isso mesmo os liberais montaram a sua estratégia de luta nos seguintes termos: se tivessem uma derrota significativa nas primárias não iriam concorrer onde perderam, deixando o seu adversário à vontade para definir os resultados das urnas. Desse modo, os conservadores se deram ao luxo de competir entre si nas eleições em vários círculos como no caso de Olinda e Goiana, onde os liberais após as primárias caíram fora do confronto e não lançaram candidatos. Nesses dois círculos citados acima, a competição entre os candidatos guabiru chegou ao ponto de ocorrerem duas votações em razão da fraude, vencendo na primeira um candidato e na segunda um outro. Assim em Olinda, Carneiro da Cunha na segunda eleição perdeu para o seu colega de partido Silvino Cavalcanti de Albuquerque.

Os liberais ao saírem das primárias em alguns círculos jogaram toda a sua ira sobre o presidente da província e este, por seu lado, se justificou na imprensa lembrando que com relação as decisões da mesa eleitoral a lei não lhe facultava o direito de intervir nas mesmas. Sérgio Teixeira, todavia, não deixou muitas vezes de pelos jornais dar razões aos liberais, reprimendo ou dando sua opinião sobre questões pendentes. Após as primárias, contudo, em razão do tom agressivo das folhas liberais, o presidente utilizando o pseudônimo do "Liberal Genuíno" passou a hostilizar os liberais no Diário de Pernambuco e a se auto-elogiar, poupando a figura de Jerônimo Vilela Tavares de seus ataques.

A prova mais importante contra a alegação da intervenção do presidente nesta eleição, encontra-se na sua correspondência com o Ministro da Justiça Nabuco de Araújo. Através dela, Sérgio Teixeira vai declarando que não coube a ele decidir as eleições mas, aos guabirus "que fizeram as qualificações" (9). Em outra carta, comunica que ambos os partidos empregaram a força nas eleições possivelmente de setembro, de juizes e vereadores, garantindo ao ministro pretender evitar a fraude e a desordem no resto do processo eleitoral, coisa que não conseguiu (10). Para ele, provavelmente nos 1º, 10º e 13º círculos os liberais levariam a melhor, nos 3º e 11º era difícil se prever algum resultado e nos distritos restantes os guabirus ganhariam sem problemas (11). Se olharmos o anexo deste trabalho, onde temos a listagem dos 13 círculos de Pernambuco é fácil verificarmos que os liberais tinham influências naquele momento na capital e em parte da região do agreste e sertão, enquanto a força dos conservadores tendia mais para a zona da mata. Quanto ao 3º distrito, temos uma situação de força interessante, porque segundo o presidente da Província, o perigo ali não estava na Praia mas na candidatura independente de Borges da Fonseca e, de fato, ele competia sem apoio de ninguém e de todos recebia farpas. Esta era a tendência, mas os resultados reduziu o espaço dos liberais praticamente nas primárias a Bonito, Sto. Antonio e Boa Vista, apesar deles obterem algumas vitórias em alguns distritos dos círculos onde os conservadores ganharam como em Água Preta e Garanhuns. Vale a pena destacar que nas primárias os liberais só conseguiram vencer no círculo de Bonito. Na Boa Vista e Sto. Antonio eles chegaram apenas a dividir seu espaço com os guabirus.

Quanto as intenções do gabinete em favorecer a participação dos liberais nestas eleições, a correspondência particular do ministro da justiça com alguns políticos de Pernambuco durante as eleições é bastante clara a este respeito. Em uma carta transcrita por J. Nabuco de seu pai para um amigo (infelizmente não identificado) lemos:

"Vejo as notícias que me das da eleição, sinto que os praleiros não tinham um só representante, o exclusivismo é a reação que há de vir mais cedo ou mais tarde, não me queixo dos conservadores,

que naturalmente quiseram ostentar sua influência (...) queixo-me de mim mesmo, ou do ministério, que cometeu um erro não dirigindo a eleição" (12).

Ao que parecia, já por volta daquela eleição o então ministro da justiça e antigo carrasco dos liberais em 1849, não guardava mais a velha afinidade com os guabirus de Pernambuco, tanto que em uma carta datada de setembro de 1856 confidenciava a Sérgio Teixeira que havia recomendado ao chefe dos conservadores em Pernambuco, o Visconde de Camaragibe, o seguinte:

"Primeiro, que ele interpondo sua reconhecida influência regule a distribuição dos círculos conforme as probabilidades e recursos individuais, desenganando as ambições impertinentes e dando apoio àquelas que são legítimas; e segundo, que deixe a salvo e sem competência o círculo de Bonito e outros em que a Praia possa vencer; nesta carta pedi-lhe que se não fosse repugnante, protegesse a candidatura de Jerônimo Villela. . ." (13).

As primárias foram ganhas apertadas no círculo de Villela e, provavelmente nas secundárias os conservadores não concorreram com ninguém, mas quanto a isso restam dúvidas, porque os jornais não esclarecem direito sobre as eleições de deputados, informando só quem foram os vitoriosos, pouco dizendo sobre os derrotados. Como na imprensa praticamente nada se fala sobre o candidato conservador em Bonito para deputado, estamos acreditando que os guabirus caíram fora das eleições, depois da vitória dos liberais em novembro neste círculo. Teriam seguido o Conselho ou melhor, o pedido do ministro? Quanto ao comportamento geral dos guabirus nas eleições, acreditamos que de forma alguma eles estavam de acordo com essas intenções de Nabuco, mas no círculo de Bonito, os próprios liberais ficaram com uma pulga atrás da orelha como se vê num editorial do Liberal Pernambucano após a eleição:

"O Sr. Villela (...) em relação a Bonito representava uma espécie de conciliação, pois além de ser votado por adversários nossos, a sua candidatura não foi hostilizada pelo Sr. Sérgio Teixeira" (14).

Apesar dos liberais terem ganho em Bonito o grande vencedor desta eleição foi mesmo o partido conservador ao reeleger a maioria de sua bancada na Câmara, trazendo novamente ao parlamento a oposição combatida pelo gabinete desde 1853. Dos 12 deputados vitoriosos nas urnas, 9 faziam parte da legislatura anterior, eram eles: Jerônimo martiniano Figueira de melo, Antonio Coelho Sá e Albuquerque, José Thomaz nabuco de Araújo, Sebastião do Rego Barros, Francisco Xavier Paes Barreto, Domingos de Souza Leão, José Ferreira de Aguiar, Augusto Frederico de Oliveira, José Bento da Cunha Figueiredo, Francisco Carlos Brandão. Destes deve-se excluir Nabuco do grupo anti-governista, pela sua posição a favor de alguns candidatos praieiros (15). O partido trazia ainda para reforçar sua bancada o próprio chefe dos guabirus, o Visconde de Camaragibe e o ultra-reacionário Pe. Joaquim Pinto de Campos. No resultado geral não houveram "taman-duás" em Pernambuco, porque não foi eleito nenhum candidato desconhecido ou desligado do partido conservador na província como aconteceu em outras partes do Império. Como era lógico, não havia nenhuma incompatibilidade entre o partido da "ordem" em Pernambuco e o poder local, personificado nos senhores de terra e escravos do interior, pois o projeto de centralização política, vitorioso em 1837, expressava mesmo a vontade destes proprietários que unidos mostraram o quanto eram fortes para enfrentar o ministério e sua lei eleitoral. Esta aliás, não alterou em quase nada a forma como o partido na Província disputava as eleições. Na verdade a chapa dos candidatos foi dividida pelos círculos dependendo aqui e ali dos acertos entre o Visconde de Camaragibe e os senhores de alguns engenhos e de terras. Sobre a arrumação dos candidatos guabirus é preciso observar que o grande alarme feito pelos liberais a respeito do conflito intra-partido guabiru não foi tão sério e insolucionável como eles imaginaram. O sonho dos praieiros de enfrentarem o seu adversário em completa desorganização estava estampado diariamente no editorial do Liberal Pernambucano, exemplo disto, era a matéria datada de 03/out./ 1856 desta gazeta onde se lia o seguinte:

"Aí estão os srs. Figueira de Melo, Epaminondas de Melo e Frederico de Oliveira em luta encarniçada no 1º círculo; todos querem

ser deputados por aí. (. . .) Aí estão os srs. Aguiar, Brandão e Joaquim Portela batendo-se no círculo de Goiana (. . .) Aí estão os srs. Domingos de Souza Leão e José Bento em luta pelo círculo de Sto. Antão, srs. Carneiro da Cunha e Silvino pelo Igarrasso e os srs. Sá e Albuquerque, Luiz Felipe e o Dr. Batista pelo Rio Formoso. Que partido é esse? quem o dirige qual o centro que resolve estas questões?" (16).

Para tristeza dos liberais, como já colocamos, o centro e a direção existia e cabia a Camaragibe e seus aliados. A confusão não se instalou dentro do partido guabiru às portas das primárias, o conflito por exemplo, entre Souza Leão e José Bento foi solucionado. O primeiro candidato foi para Garanhuns, apesar de sua família ter influência no círculo de Sto. Antão, pois era dona do engenho Caraúna no Jaboatão, e o José Bento permaneceu neste círculo, pois se acreditava que nele qualquer candidato guabiru ganharia. No final ambos os dois pretendentes venceram nas urnas graças as arrumações de Camaragibe. A lei do círculo, porém, trazia uma novidade: transformava praticamente as eleições primárias na principal e decisiva disputa político-partidária porque conhecidos os eleitores, sabia-se qual o partido que ganharia em cada circuito e ninguém poderia mais contar com os votos de outra parte da província para compensar a sua derrota numa localidade. Se em Goiana a eleição primária desse uma maioria de eleitores conservadores, logicamente ficava certa a vitória do candidato à deputado deste partido. O candidato liberal neste caso, perdia a possibilidade de ser eleito contando com votos conseguidos no resto da Província. O processo eleitoral ficava assim tenso em novembro nas eleições primárias. Em dezembro, nas secundárias, curiosamente abria-se espaço nos círculos para a disputa intrapartidária em razão da debandada das eleições do partido derrotado nas primárias.

Mas se os guabirus souberam resolver seus problemas nestas eleições, o mesmo não acontecia com os liberais que definitivamente se dividiram no final daquela disputa entre duas lideranças: a de Jerônimo Villela e a de Nascimento Feitosa. A partir do ano seguinte à eleição, pode-se falar em dois partidos em Pernambuco, ambos considerando-se liberais, ambos contrários aos guabirus.

Os problemas dos liberais antecedem à eleição de 1856 e no nosso entender não guardavam nenhuma divergência de natureza ideológica, era em parte uma briga pessoal de dois líderes que queriam o controle do partido a qualquer custo, mas, indicava ainda um confronto entre uma geração mais antiga e uma mais nova de políticos e entre os liberais que foram condenados e presos e aqueles que ficaram livres, arrumando o partido durante a ausência das principais estrelas de 1848. A eleição de 1856 apenas fez explodir um racha começado após uma conversa entre os liberais presos no forte do Brum e os que não foram condenados e dirigiam a Sociedade Liberal Pernambucana fundada em 1851, cuja sede era no velho endereço da rua da Praia. Desde à época em que era prisioneiro no Brum, Jerônimo Villela havia se desentendido com Feitosa, mas, este conseguiu o apoio de Felipe Lopes Neto ainda na prisão, tanto que em 1852 Lopes Neto assumia o cargo de presidente da Sociedade Liberal Pernambucana, enquanto os outros anistiados ficavam de fora desta instituição como Villela, Urbano Sabino e Abreu e Lima. Com o tempo começaram a se tornar públicas as agressões de Nascimento Feitosa, redator do jornal o Liberal Pernambucana, à maioria da liderança praieira:

- Em 16.11.1852 ocorre a expulsão de Inácio Bento de Loyola da Sociedade Liberal Pernambucana em razão dele ter "formalmente menosprezado a resolução do Conselho acerca do abandono da eleição", convidando o povo a concorrer às urnas.
- Em março de 1854 explode o Conflito entre Feitosa e o presidente da Sociedade Liberal Pernambucana. Os motivos desta crise não são esclarecidos na imprensa, fala-se na "ditadura" de Feitosa, mas também numa possível aproximação de Lopes Neto com os conservadores. Este conflito acaba envolvendo Urbano Sabino, Abreu e Lima, Villela Tavares, Feliz Peixoto de Brito e Arruda Câmara que convocados para a reunião para decidir a sorte de Lopes Neto, acabam defendendo este antigo militante de 1848 ou nem aparecem como no caso de Jerônimo Villela que em um Comunicado do Diário de Pernambuco declara nunca ter dado apoio a Sociedade Liberal Pernambucana. (17)

- Em abril de 1856, Abreu e Lima e Nascimento Feitosa se agridem mutuamente através da Imprensa. Feitosa acusa o velho praieiro de aliado dos guabirus, de gagá, de "general das massas", de líder da ralé e do povo ignorante. Em dezembro de 1856, após sair vitorioso das eleições de deputados, Villela conclama todos os antigos praieiros para iniciarem juntos a reorganização do partido liberal em Pernambuco. Deste modo, Villela contestava a existência e a liderança de Nascimento a frente do partido desde 1851 quando foi fundada a Sociedade Liberal Pernambucana.

Por esta "cronologia" da briga dos liberais, pode-se observar que pouco a pouco Feitosa foi arranjando intrigas com os velhos praieiros, mesmo contando com o apoio de Rego Monteiro que assumiu a direção da Sociedade Liberal Pernambucana após o expurgo de Lopes Neto. Nas eleições de 1856 por sair vitorioso como único candidato liberal, Villela Tavares percebeu que estava forte o bastante para assumir a direção do seu partido na Província. E realmente, em termos daquela eleição, ocorria uma vitória do velho praieiro, e por isso, Nascimento Feitosa passou a acusar Villela de haver ganhado com o apoio dos votos dos conservadores em Bonito. Mas naquele círculo como comentamos, provavelmente, os conservadores abandonaram às eleições após serem derrotados no pleito de novembro. O que naturalmente Feitosa não conseguia entender e nem engolir era a vitória de um candidato há bastante tempo seu inimigo e do qual ele jamais moveu uma palha para ajudá-lo nessa eleição.

A vitória de Villela foi conseguida independente da Sociedade Liberal Pernambucana e o próprio jornal desta entidade acabou revelando isso, ao declarar o seguinte sobre este velho militante praieiro:

"Vendo o Conselho e a Direção (da Sociedade Liberal) que não podíamos contar com tais ou tais círculos, em face das medidas empregadas pelo Sr. Sérgio Teixeira (. . .) resolveu-se não designar candidatos para este ou para aquele círculo, mas se o partido conseguisse triunfar em um círculo, este seria do Sr. Urbano; em dois, seria de outro; se em três de outro e mais outro; de maneira que aproveitássemos sempre aqueles candidatos que mais méri-

tos tivessem a nossos olhos ou mais serviços pudessem prestar ao partido. Entretanto esse pensamento foi de algum modo obstado pelo Sr. Villela que, julgando-se por si mesmo, assentou que tinha todas as qualidades requeridas para representar o círculo de Bonito e tratou de sua candidatura. O diretório sendo consultado e não querendo hostilizar o Sr. Villela não se opôs a ela". (18)

A idéia de que a Sociedade Liberal foi ouvida era uma espécie de saída encontrada pelo grupo de Nascimento Feitosa para tentar atrelar aquela candidatura autônoma e sua liderança na província, pois o texto acima revela claramente a independência do deputado eleito por Bonito. Um outro aspecto relevante neste artigo do Liberal Pernambucano diz respeito ao procedimento (estratégia) dos liberais nesta eleição de 1856. Pelo que se lê, os liberais também distribuíram seus candidatos pelos círculos, ajeitando sua chapa nas localidades onde teriam condições de concorrer. Do lado liberal, portanto, não surgiu nenhum candidato "tamanduá", representado por um deputado desconhecido do partido e de suas lideranças. Segundo o texto acima, os candidatos de maior peso como no caso de Urbano Sabino, não tinham um círculo próprio até o resultado das primárias e onde o partido ganhasse com maior tranquilidade, eles iriam sendo colocados fosse neste ou naquele círculo.

No balanço do conflito dos líderes liberais, pode-se concluir que no final da eleição, Villela aparecia como o candidato mais afinado com a Conciliação, enquanto Nascimento Feitosa avançava no sentido contrário, após o roubo e a impunidade ocorrida na eleição dos juizes e vereadores e nas primárias para deputados em novembro. Antes destas eleições todavia, seria incorreto classificar a posição do grupo de Feitosa como radicalmente contrária a política do ministério de Paraná. Quanto a Jerônimo Villela vale a pena lembrar que ele só tornou pública sua posição política de apoio ao gabinete depois de concluída a eleição, antes disto ele jamais externou a sua postura sobre este problema. Ao explicar na imprensa a sua definição política, Villela aproveitou o momento para ao mesmo tempo criticar o grupo da Sociedade Liberal, declarando:

"Os partidos não devem ter uma conduta que anule possíveis alianças com seus adversários (. . .). Oito anos são passados que estamos fora do poder, sem que as nossas queixas tenham sido atendidas, nem satisfeitas as nossas necessidades e entretanto a marcha que tem levado o Partido Liberal tem sido com poucas interrupções, sempre essa mesma, que não agrada e não pode convir (. . .). Um partido político não deve, nem pode viver sem esperanças, essas esperanças é a olhos vistos a de governar, a de realizar às suas idéias; mas é possível ter essa esperança com a atual ordem de coisas? estreitando-se cada vez mais o círculo dos correligionários (. . .), monopolizando-se por assim dizer a influências e o poder do partido? É possível que o partido subsista só com alguns elementos que corta nessa cidade, mas sem estar relacionado com todas as comarcas das Províncias em contato com os nossos homens do mato (. . .)? creio que não. Portanto entendo que a nossa primeira necessidade, agora, é reorganizar o partido". (19)

Era nestes termos que Villela ia rompendo com a liderança do seu partido desde 1851. Aliás, em termo de debate na imprensa os dois grupos em conflito se enfrentavam do seguinte modo: um, reivindicando a reconstrução e defesa do partido da Praia e o outro, defendendo o "novo" partido, diferente e modernizado, sem o provincialismo e o personalismo da antiga organização liberal de 1848. Mas em se tratando de conteúdo programático mesmo, pelo menos até 1856, não há nenhuma diferença entre o novo e velho partido liberal de Pernambuco. Em termo de estratégia política, percebe-se apenas no grupo de Villela uma certa tendência para a conciliação com o governo provincial estabelecido, tanto que o presidente da Província passa a colocar-se favorável a essa dissidência liberal e contrário a encabeçada por Nascimento Feitosa. Escrevendo no Diário de Pernambuco com o pseudônimo do "Liberal Genuíno" Sérgio Teixeira no final de dezembro de 1856, em uma série de artigos, toma o partido de Villela, agredindo o grupo de Feitosa, lembrando aos pernambucanos que:

"Os antigos praieiros tinham alta inteligência, algumas das quais ainda existem na Província como o Dr. Mendes, general Abreu e Lima, Lopes Neto, Villela, Pe. Farias e outros que não escrevem no Liberal Pernambucano". (20)

Na correspondência com o próprio ministro da justiça (Nabuco de Araújo) o presidente também demonstra a cada linha sua simpatia por Villela tido como "o único homem deles que podia servir para alguma coisa". Referindo-se a luta entre as duas lideranças do partido liberal e a tendência da maioria em aderir a chefia de Feitosa, coisa que de fato aconteceu na reunião convocada pelo partido para 12.02.57, escreverá o presidente o seguinte para Nabuco:

"V. Exa. mostrou conhecer bem esta gente quando assegurou que os praieiros dariam triunfo ao Feitosa sobre o Villela". (21)

E realmente como disse o presidente na sua correspondência, parte do velho partido ficou naquele momento com Feitosa, todavia essa decisão precisa ser bem esclarecida pois ela era circunstancial e foi transitória, porque no ano de 1858 o grupo de Villela receberá muitas adesões de todos os cantos da Província. Para uma parcela dos praieiros, fechar com a posição de Villela, implicava na aceitação da tese defendida por ele de que desde 1848 o partido liberal não existia em Pernambuco, justamente porque neste período sua direção esteve nas mãos de Feitosa. Ora, tal proposição politicamente não cheirava bem a muitos liberais, afinal assinar um "atestado de óbito" do partido, seria confirmar justamente o que diziam os guabirus a muito tempo no jornal a "União" a respeito da oposição na Província após a rebelião praieira. Jerônimo Villela foi pouco hábil em sua estratégia de combate ao seu inimigo de partido, além de ter faltado com a verdade, pois coube de fato a Nascimento Feitosa a manutenção do partido quando todo mundo foi para cadeia em 1849. Os motivos que levaram parte dos praieiros a fecharem com Feitosa, portanto, estiveram ligados ao problema da preservação da "reputação do partido". A coerência com a verdade era uma questão secundária a ser levada em conta pelos políticos e em 1856 não seria diferente, por isso mesmo, nada leva a crer que a adesão a Feitosa fosse um ato de reconhecimento a seu trabalho tomado pela maioria dos membros do partido Praieiro.

Na eleição de 1856 os liberais de Pernambuco pouco ganharam, porque o seu partido saiu das urnas enfraquecido por uma dissidência irreversível. Quanto a Paraná, ele não vi-

veu para ver o resultado de "sua eleição", mas se tivesse sobrevivido teria tido uma grande decepção, ao ver voltar ao parlamento a velha "oposição parlamentar" que tanto combatera. Vitoriosos mesmo foram os guabirus que sem o apoio do Gabinete e do governo provincial, elegeram quem queriam, tendo ainda o prazer de assistirem, juntos com seus companheiros saquaremas do sudeste, a desagregação e crise do partido Praieiro e a queda do Ministério da Conciliação.

NOTAS

- (1) A Historiografia sobre a Lei do Círculo e seus efeitos para a eleição de 1856 é bastante extensa, mas pode-se destacar aqui os seguintes trabalhos: Francisco Belizário Soares de Souza, "O Sistema Eleitoral no Império"; Francisco Inglesia e Sérgio Buarque de Holanda, "História da Civilização Brasileira" (Vol. 5º, Capítulo 1º); José Murilo de Carvalho, "Teatro de Sombras A Política Imperial" e José camilo de Oliveira Torres, "A Democracia Coroada".
- (2) Citado por Joaquim Nabuco em "Um Estadista do Império", vol. 1 tomo III (p. 155). editora IPÊ, S. Paulo, 1949.
- (3) Diário de Pernambuco nº 285, data: 02//11/1856.
- (4) Diário de Pernambuco nº 174, data: 24/07/1856.
- (5) Muito embora em 1848 os praieiros fossem contrários as incompatibilidades, porque muitos deles eram magistrados, em 1856 eles se manifestaram favoráveis a elas na imprensa.
- (6) Joaquim Nabuco. Obra citada (p. 142).
- (7) Diário de Pernambuco nº 273. Data: 19.11.1856.
- (8) Diário de Pernambuco nº 222. Data: 20.09.1856.
- (9) Carta de 01/10/1856. Arquivo Coleção Nabuco de Araújo. IHGB. Lata 364, pasta 35. Rio de Janeiro.
- (10) Carta de 23/10/1856. IHGB, lata 364, pasta 35.
- (11) Carta de 23/10/1856. IHGB, lata 364, pasta 35.
- (12) Nabuco, Joaquim - Um Estadista do Império, vol. 1, tomo II, (p. 399)
- (13) Nabuco, Joaquim - Um Estadista do Império, vol. 1, tomo III, (p. 398)
- (14) O Liberal Pernambucano, nº 1296. Data: 04/02/1057.
- (15) A posição de Nabuco não era muito fácil. Apesar de defender a política do ministério ele tinha fortes laços com a bancada do seu partido na Corte, tanto que ao longo do processo eleitoral manteve uma boa correspondência com o Barão de Camaragibe a respeito da candidatura de muitos guabirus. Sobre a relação entre Nabuco e Camaragibe, consultar o trabalho de Fernando da Cruz Gouveia "O Partido Liberal no Império: O barão de Vila Bela e sua época". Coleção Lima Barreto/Senado Federal. Brasília, 1986.
- (16) O Liberal Pernambucano. Nº 1199. data: 07/10/1856.
- (17) Diário de Pernambuco. Data: 07/10/1856.

- (18) O Liberal Pernambucano. Nº 1320. Data: 04/03/1857.
- (19) Diário de Pernambuco. Data: 31/12/1856.
- (20) Diário de Pernambuco. Data: 27/12/1856. Luís do Nascimento em seu livro Pseudônimo de Pernambucanos Famosos identifica o "Liberal Genuíno" com Jerônimo Villela, porém em uma carta a Nabuco de Araújo o presidente da Província de Pernambuco identifica como seu, um artigo do Diário de autoria deste "liberal genuíno". Carta datada de 02/01/1857. IHGB/RJ. Lata 364/p. 35.
- (21) Correspondência datada de 02/01/1857. IHGB/RJ. Lata 364, pasta 35.

BIBLIOGRAFIA

- BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo, 1967.
- CARVALHO, J. Murilo de. A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial, Rio de Janeiro, 1980.
- _____. A Política Imperial: Palco de Sombras, Rio de Janeiro, 1988.
- COSTA, Pereira. Anais Pernambucanos. Recife, 1983 2ª edição.
- _____. Dicionário de Pernambucanos Ilustres. Recife, 1982.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político no Brasil. Porto Alegre, 1959.
- GOUVEIA, Fernando da Cruz. O Barão de Vila Bela e sua Época. Brasília, 1986.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. São Paulo, 1979.
- GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci, 2ª edição Rio de Janeiro, 1980.
- EISEMBERG, P. Modernização Sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco: 1840/1910. Rio de Janeiro, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Coleção Histórica da Civilização Brasileira. São Paulo, 1972.
- LINHARO, Alcir. As Tropas da Moderação. São Paulo, 1979.
- MARSON, Isabel. Movimento Praieiro, Imprensa, Ideologia e Poder Político. São Paulo, 1980.
- _____. O Império do Progresso. A Revolução Praieira. São Paulo, 1987.
- _____. "A Rebelião Praieira". São Paulo, 1981.
- MERCADANTE, Paulo. A Consciência Conservadora no Brasil. Rio de Janeiro, 1965.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial. São Paulo, 1990.
- MELO, Evaldo Cabral. O Norte, Agrário e o Império. São Paulo, 1975.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. As Desventuras do Liberalismo no Brasil. Rio Janeiro, 1084.
- PORTO, Costa. O Marquês de Olinda e seu Tempo, 2ª edição. Recife, 1979.
- RODRIGUES, José Honório. Conciliação e Reformas no Brasil. Um Desafio Histórico Político. Rio de Janeiro, 1965.
- SAES, Décio. A Formação do Estado Burguês no Brasil (1889-1891). Rio de Janeiro, 1985.

- SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil (1500-1822). São Paulo, 1962.
- SOUZA, Octavio Tarquino de. História dos Fundadores do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1957. 10 vols.
- TORRES, José Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil, 2ª edição. Petrópolis, 1964.
- VIANA, Oliveira. O Ocaso do Império, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1959.
- URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. São Paulo, 1978.

- ANEXO -

DECRETO Nº 1792 DE 26.07.1856 QUE ESTABELECE OS DISTRITOS ELEITORAIS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM CONFORMIDADE COM A LEI DE 19.SET.1855

DISTRITOS	REGIÃO ABRANGIDA (COLÉGIOS ELEITORAIS)
1º STO. ANTONIO	Stº Antonio, São Pedro Gonçalo do Recife e de S. José (com sede na paróquia de Stº Antonio).
2º BOA VISTA	Boa Vista, Afogados, Poço da Panela, Várzea (com sede na Matriz da Boa Vista)
3º OLINDA	Olinda, Mamanguape, Igarassu, Itamaracá (com sede na Igreja da Sé)
4º PAU D'ALHO	Pau d'Alho, Glória de Goitá, São Lourenço da Mata (com sede em Pau d'Alho) e a paróquia de Nossa Senhora da Luz.
5º GOIANA	Goiana, També, Tijucupapo, Nazaré (com sede na Matriz de Goiana).
6º LIMOEIRO	Limoeiro, Bom Jardim, Taquaritinga, Tracunhaém (com sede na Matriz de Limoeiro).
7º VITÓRIA	Vitória, Escada, Jaboatão, Muribeca (com sede na Matriz de Vitória).
8º CABO	Cabo, Ipojuca, Serinhaém (com sede na Matriz do Cabo).
9º RIO FORMOSO	Rio Formoso, Una, Barreiros, Água Preta (com sede na Matriz de Rio Formoso).
10º BONITO	Bonito, Altinho, Bezerras, Caruaru (sede na Matriz do Bonito).
11º GARANHUNS	Garanhuns, Papaça, Bom Jesus dos Aflitos da Vila de S. Bento, Águas Belas, Buique (com sede na Matriz de Garanhuns).
12º BREJO	Brejo e Flores (sede em Flores). O primeiro Colégio Compreenderá as paróquias de S. José da Vila do Brejo da Madre de Deus e de Coimbres, o segundo as de N. S. do Pajeú de Flores, da Vila de Ingazeira, Vila Bela e Lagoa de Baixo.
13º VILLA DA BOA VISTA	Boa Vista, Cabrobó (o segundo colégios: Ouricuri, Exú, Salgueiro, o terceiro colégio Tacaraú e Fazenda Grande) * Sede destes três colégios: Paróquia da Boa Vista, Ouricuri e Tacaratu.